

ABERTURA DO SIMPÓSIO SOBRE SEGUROS PRIVADOS

ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Constitui para mim motivo de satisfação abrir o “I Fórum de Direito de Seguros Privados do DF”. Aqui estou, atendendo a honrosa delegação do ilustre Presidente desta Corte, Ministro Nilson Naves, que, por motivos relevantes, teve de ausentar-se desta Capital.

Este Tribunal e o Conselho da Justiça Federal vêm tradicionalmente promovendo e estimulando estudos jurídicos de grande relevo para o País. Nesse sentido foram realizados, entre outros, eventos sobre Direito Ambiental, Direito da Biodiversidade, Lavagem de Dinheiro, Tribunal Penal Internacional, Soluções Alternativas de Litígios, Juizados Especiais, todos esses simpósios, segundo se depreende, visando o aprofundamento de temas de grande interesse social. É nesse contexto que se inclui este “I Fórum de Direito de Seguros Privados do DF”.

Dizem que o princípio do mutualismo aflorou no velho Egito, quando certo Faraó teria sugerido que José armazenasse cereais, em tempos de fartura, para prover as épocas de escassez, atribuindo-lhe outros aos caldeus que o teriam adotado por acordo, segundo o qual as perdas sofridas por uma caravana comercial, em consequência de roubo ou furto, deveriam ser proporcionalmente suportadas pelos interessados na expedição (Doner, *in A Handbook to Marine Insurance*, 8ª ed., pág. 3, apud Fernando José Marques, *Direito do Seguro Marítimo*, pág. 1, 1ª ed., 1998).

Em sua feição atual e em última análise, esta a razão do seguro: o ressarcimento do prejuízo sofrido por alguém, em virtude de evento incerto, mediante pagamento de determinada importância. O seu objeto é a garantia contra o risco que pode sofrer uma coisa ou pessoa



<http://bdjur.stj.gov.br>

* Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir da Constituição de 1988.
Palestra proferida por ocasião da abertura do I Fórum de Direito de Seguros Privados do DF, realizado no Auditório do STJ, em Brasília, em 25/04/2002.

(ver Fran Martins, Contratos e Obrigações Comerciais, Forense, 15^a ed., pág. 353/354).

Nesse contexto, é fácil perceber que as incertezas e os riscos destas decorrentes têm aumentado significativamente na medida mesma do crescimento das relações humanas. Dos antigos egípcios, com os seus seguros agrícolas, ou caldeus, com os seguros das suas caravanas, até os dias de hoje muitos desafios têm surgido diante da imensa variedade de situações de incerteza e de risco com que nos deparamos.

Com frequência, fala-se em seguro de vida, seguro de automóveis, seguro de transporte, seguro habitacional, seguro ambiental, seguro de acidentes do trabalho, seguro-saúde, e muitas outras espécies de seguros. A diversidade de seguros, pois, é muito grande, assumindo formas simples ou mesmo complexas, não com a finalidade de evitar o dano, mas o de minorar as suas conseqüências.

No cotidiano da vida judiciária, depara-se com numerosas questões, envolvendo seguradoras e segurados. Muitas discussões decorrem de cláusulas contratuais obscuras, umas decorrentes de erros técnicos e outras até mesmo revestidas de má-fé. Na solução dessas controvérsias, porém, é imperioso que não se percam de vista, entre outros, os princípios basilares da transparência e da boa-fé. Tanto mais que esses princípios constam do Código de Defesa do Consumidor, que abrange, como se sabe, os serviços securitários.

Diante desse panorama é que temos certeza do êxito que terá este fórum de debates, em que serão expostos e discutidos temas de grande relevância, com a participação de especialistas de escol, ensejando-se, assim, que aspectos empolgantes da matéria possam ser mais divulgados, a fim de contribuir para a formação, ampliação e aprimoramento de uma cultura securitária, indispensável a um País como o nosso, que está a passar por fases de grandes transformações,



caminhando, porém, celeremente, para integrar, o que esperamos ocorra em breve, o clube seleto das sociedades modernas.

O seguro, sem dúvida alguma, consubstancia o “triunfo da idéia humana sobre as forças cegas da natureza, uma vitória lógica sobre os problemas ilógicos com que o homem tem de lutar diante da álea”, nas palavras de Ricardo Bechara Santos (Direito de Seguro no Cotidiano, XXI, Forense, 2ª ed.). Daí a sua extraordinária importância no mundo atual.

Ao encerrar, quero lhes declarar que tenho certeza do êxito deste simpósio, porque as incertezas e riscos do seu insucesso estão cobertos pelos seus ilustres organizadores, com quem ora me congratulo pela iniciativa.

Muito obrigado.

